

HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ

Edital 54/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
54/2025	250061-HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ	MARIA ISABEL MENEZES DE SOUZA	04/02/2026 09:06 (v 0.5)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		33433.043065/2025-75

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90054/2025

CONTRATANTE (UASG)

(250061)

OBJETO

Aquisição de Polígrafos computadorizado para realização de procedimentos de Hemodinâmica e Eletrofisiologia, incluindo entrega, instalação, montagem, configuração, calibração e treinamento de USO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 568.223,89

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **23/02/2026** às 11h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço

Modo de disputa:

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº90054/2025

Processo Administrativo nº33433.043065/2025-75

Torna-se público que o Hospital Federal dos Servidores do Estado, por meio da Comissão Permanente de Licitação, sediado na Rua Sacadura Cabral, nº 178, Saúde – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.221-903, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de Polígrafos computadorizado para realização de procedimentos de Hemodinâmica e Eletrofisiologia, incluindo entrega, instalação, montagem, configuração, calibração e treinamento de uso, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *valor unitário e total do item;*

6.1.2. *marca;*

6.1.3. *fabricante;*

6.1.4. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo conforme tabela do termo de referência*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante *NÃO* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 300,00 (trezentos reais)*.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro

horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

- 8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A3] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **COMPRASNET**.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **24 [vinte quatro] horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 24 horas [VINTE E QUATRO HORAS], para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de [10] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de [10] dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até [10] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de [10] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **<https://sei.saude.gov.br/>**.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato lícitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato lícitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e **14.1.4** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **cpl.hfse@gmail.com**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico o <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.2 Apêndice do Anexo I – Termo de Ciência e Concordância;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4. Anexo IV – Proposta de preço

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO ROBERTO PEREIRA DE SANT ANA

Autoridade competente

HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ

Termo de Referência 367/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
367/2025	250061-HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ	CLAUDIO ALEXANDRE DE OLIVEIRA COSTA	31/10/2025 09:13 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		33433.043065/2025-75

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Polígrafos computadorizado para realização de **procedimentos de Hemodinâmica e Eletrofisiologia**, incluindo **entrega, instalação, montagem, configuração, calibração e treinamento de uso**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	Cota M.E. E.P.P.
1	<p>Polígrafo de monitorização para hemodinâmica e eletro fisiologia – componentes “de hardware”: CPU com seus componentes montados em carrinho específico, 2 telas planas, teclado, mouse, impressora de papel A4, estabilizador de voltagem.</p> <p>Cabos conectores dos hardwares e conexão para transmitir imagem da tela do polígrafo para a tela do equipamento de hemodinâmica ao vivo.</p> <p>Cabo de conexão para o kit de transdutor de pressão (3 unidades).</p> <p>Cabo de ECG de 12 derivações e cabos de monitorização para eletro fisiologia.</p> <p>(2 unidades de cada)</p> <p>Dois canais pressóricos simultâneos na tela com capacidade de uso separado ou de sobreposição dos mesmos.</p> <p>1 canal de oxímetria e o cabo com oxímetro de pulso.</p> <p>Módulo de cálculos de hemodinâmica e de débito cardíaco.</p>	352060	2	R\$ 284.111,945	R\$ 568.223,89	Não

	Módulo de eletrofisiologia. Capacidade de gravação do procedimento.				
				TOTAL:	R\$ 568.223,89

- 1.2.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados **como comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3.** O objeto desta contratação **não se enquadra como bem de luxo**, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4.** O prazo de **vigência contratual será de 12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, **podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, conforme o artigo 105** da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5.** O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO

O **Hospital Federal dos Servidores do Estado – HFSE**, vinculado ao **Ministério da Saúde**, identificou, com base no **Estudo Técnico Preliminar**, a necessidade de aquisição de **Polígrafos Computadorizados** destinados à **monitorização e registro simultâneo de parâmetros hemodinâmicos e eletrofisiológicos** durante procedimentos cardíacos e vasculares realizados no **Setor de Hemodinâmica e Eletrofisiologia**.

A presente contratação visa **modernizar o parque tecnológico hospitalar**, substituindo equipamentos obsoletos que apresentam **frequentes falhas operacionais, restrição de componentes de reposição e limitações de integração digital**, comprometendo a segurança e a eficiência dos exames realizados.

O novo sistema de polígrafo permitirá a **obtenção, análise e armazenamento digital de dados fisiológicos** com alta precisão, confiabilidade e conformidade com normas técnicas internacionais, proporcionando **maior segurança aos pacientes, suporte clínico em tempo real e melhor qualidade diagnóstica**.

Além do fornecimento e instalação do equipamento, a contratação inclui o **fornecimento contínuo dos insumos consumíveis essenciais à sua operação durante toda a vigência contratual**, tais como:

- **Cartuchos ou toner** compatíveis com a impressora integrada;
- **Resmas de papel A4** adequadas ao registro impresso dos procedimentos;

A inclusão desses insumos no escopo contratual fundamenta-se na necessidade de **assegurar a plena operacionalidade do sistema**, evitando paralisações por falta de suprimentos compatíveis, e garantindo que o equipamento esteja **integralmente funcional** durante todo o período de vigência do contrato.

Essa estratégia segue as diretrizes do **art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**, que determina que o planejamento da contratação deve considerar o **ciclo de vida do objeto**, abrangendo insumos, manutenção e suporte técnico, bem como da **IN SEGES/ME nº 65/2021**, que recomenda a contratação de bens acompanhados de todos os itens necessários ao seu funcionamento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.2. Solução proposta e contexto da necessidade

A presente solução visa atender à necessidade do **Hospital Federal dos Servidores do Estado – HFSE**, unidade vinculada ao **Ministério da Saúde**, quanto à **modernização do parque tecnológico hospitalar**, mediante a **aquisição e instalação de Polígrafo Computadorizado para monitorização de procedimentos de Hemodinâmica e Eletrofisiologia**.

O equipamento é indispensável para a **monitorização precisa de sinais fisiológicos** durante exames e procedimentos invasivos, contribuindo para a **segurança do paciente, qualidade diagnóstica e eficiência operacional**.

A contratação está fundamentada no **Estudo Técnico Preliminar**, que demonstra a necessidade de substituição de equipamento obsoleto e a adequação técnica do novo modelo às rotinas assistenciais.

3.3. Descrição técnica da solução e abrangência

A solução contempla o **fornecimento integral do equipamento e seus periféricos**, abrangendo:

- a)** entrega, instalação, calibração e testes de desempenho funcional;
- b)** fornecimento de todos os cabos, sensores, conectores e acessórios necessários à plena operação;
- c)** treinamento operacional da equipe técnica designada pelo HFSE;
- d)** fornecimento de **manual técnico em português e certificado de garantia de 24 (vinte e quatro) meses**;
- e)** **suporte técnico presencial e remoto** durante todo o período de garantia;
- f)** **fornecimento contínuo dos insumos operacionais** descritos no item 3.7 durante a vigência do contrato;
- g)** responsabilidade do fornecedor pelo **transporte, instalação e descarte ambientalmente adequado** de materiais e resíduos gerados na operação.

A instalação deverá ocorrer **no ambiente hospitalar designado pelo HFSE**, com execução integral do fornecimento e da configuração do sistema até o recebimento definitivo.

3.4. Especificações gerais do produto

O equipamento a ser adquirido deverá ser **Polígrafo Computadorizado para monitorização de Hemodinâmica e Eletrofisiologia**, destinado ao registro simultâneo, análise e armazenamento de sinais fisiológicos em tempo real, atendendo integralmente às normas técnicas nacionais e internacionais de segurança e desempenho aplicáveis a equipamentos eletromédicos.

O Polígrafo deverá apresentar, **no mínimo**, as seguintes características e funcionalidades:

3.5. Estrutura e componentes de hardware

a) Unidade central de processamento (CPU) de alto desempenho, montada em **carrinho hospitalar específico**, composta por:

- duas telas planas de alta resolução e ajuste independente;
- teclado e mouse ergonômicos;
- impressora para papel A4, compatível com relatórios e gráficos clínicos;
- estabilizador de voltagem que assegure funcionamento contínuo;
- conjunto completo de cabos e conectores de interligação entre os módulos.

b) Conectividade para **transmissão simultânea da imagem principal para monitor externo de hemodinâmica**, permitindo visualização sincronizada em tempo real.

3.6. Interfaces e conexões clínicas

a) Cabos compatíveis com kits de **transdutores de pressão** (mínimo de 3 unidades);

b) Cabos de **ECG de 12 derivações**, adequados para eletrofisiologia, acompanhados de cabos reservas;

c) Canal dedicado de **oximetria de pulso**, com sensor calibrado;

d) **Dois canais pressóricos simultâneos**, exibidos de forma independente ou sobreposta, para análise comparativa de curvas de pressão.

3.7. Módulos funcionais e softwares

a) **Módulo de cálculos hemodinâmicos automáticos**, incluindo débito cardíaco, resistência vascular sistêmica e pulmonar e área valvar;

b) **Módulo de eletrofisiologia**, com aquisição e análise de sinais intracardíacos e marcação de eventos;

c) **Interface em português**, com recursos de configuração de perfis de pacientes e integração com sistemas hospitalares do HFSE.

3.8. Requisitos técnicos e regulatórios

a) Equipamento **novo, de primeiro uso**, com **registro ativo na ANVISA**, conforme **RDC nº 751/2022**;

b) Atendimento integral às normas:

- **ABNT NBR IEC 60601-1** – Segurança geral de equipamentos eletromédicos;
- **ABNT NBR IEC 60601-1-2** – Compatibilidade eletromagnética;
- **ABNT NBR IEC 60601-2-27** – Monitorização de ECG;
- **ABNT NBR IEC 60601-2-34** – Monitorização invasiva de pressão.

c) Disponibilidade de **peças e suporte técnico** por, no mínimo, **5 (cinco) anos** após o término da garantia contratual.

3.9. Condições complementares

a) Entrega acompanhada de **manual técnico e relatório de calibração**;

b) Treinamento prático e teórico ministrado pelo fornecedor;

c) Emissão de termo de instalação, teste e aceitação técnica pela equipe responsável do HFSE.

3.10. Garantia e desempenho

a) Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, incluindo peças, mão de obra e deslocamento;

b) Atendimento técnico local ou regional no estado do Rio de Janeiro em até 5 (cinco) dias úteis após solicitação;

c) Vida útil mínima estimada de 10 (dez) anos, com possibilidade de atualização de software e substituição de componentes.

3.11. Insumos e acessórios complementares

3.11.1. Durante toda a vigência contratual, o fornecedor deverá garantir o **fornecimento contínuo dos insumos/consumíveis indispensáveis ao funcionamento pleno do equipamento**, os quais são parte integrante e indissociável do objeto contratual.

Os insumos mínimos a serem fornecidos compreendem:

a) Cartuchos de tinta ou toners compatíveis com a impressora do equipamento, em quantidade suficiente para o uso regular do aparelho durante o período de garantia;

b) Resmas de papel A4, conforme o sistema de impressão utilizado, em quantitativo compatível com a demanda mensal média do setor;

c) Cabos de conexão e mídias de reposição, quando aplicável, assegurando a continuidade das rotinas assistenciais.

3.11.2. Os insumos e acessórios previstos neste item deverão ser entregues **em conjunto com o equipamento e repostos sob demanda** durante a vigência do contrato, mediante solicitação formal da Administração, sem alteração do valor global contratado.

3.11.3. O fornecedor deverá manter **estoque mínimo disponível** dos insumos descritos, de modo a garantir a reposição imediata e o funcionamento ininterrupto do equipamento durante o contrato.

3.11.4. Qualquer substituição de modelo ou especificação de insumo deverá ser previamente autorizada pela Administração, observada a **compatibilidade técnica e a equivalência funcional** com o equipamento.

3.11.5. O fornecimento de insumos compreende também aqueles necessários à **execução de testes de calibração, manutenção preventiva e treinamento operacional**, durante a vigência do contrato.

3.12. Ciclo de vida do objeto

O ciclo de vida do equipamento compreenderá as seguintes etapas:

Aquisição e instalação: Fornecimento integral, instalação, calibração, testes e treinamento.

Operação: Uso contínuo em exames de hemodinâmica e eletrofisiologia, com exportação e impressão de relatórios.

Manutenção: Preventiva e corretiva, com fornecimento de insumos e suporte técnico durante a vigência da garantia.

Sustentabilidade: Insumos e embalagens recicláveis; destinação ambiental adequada de resíduos.

Descarte final: Logística reversa de componentes conforme a Lei nº 12.305/2010.

3.13. Sustentabilidade e eficiência

A solução deverá atender às diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 7ª edição (SEGES/2024)** e ao **Plano de Logística Sustentável do Ministério da Saúde**, priorizando:

- uso de materiais recicláveis e insumos de baixo impacto ambiental;
- eficiência energética e redução do consumo de papel e tinta;
- descarte ambientalmente adequado dos resíduos e insumos substituídos;
- responsabilidade do fornecedor pela logística reversa de mídias e componentes.

3.14. Resultado esperado

Com a implementação desta solução, o HFSE obterá:

- **modernização tecnológica** do parque hospitalar;
- **melhoria da precisão diagnóstica e da segurança do paciente**;
- **redução de custos operacionais e de manutenção corretiva**;
- **fornecimento contínuo e sustentável de insumos operacionais**;
- **interoperabilidade digital com sistemas clínicos e administrativos**;
- e **plena conformidade normativa, técnica e ambiental**.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade já previstos na descrição do objeto deste edital, a contratação deverá atender integralmente aos requisitos abaixo, com base no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 7ª edição** e o **Plano de Logística Sustentável do Ministério da Saúde**:

4.1.1. O fornecedor deverá apresentar o **registro ou certificação junto à ANVISA** do equipamento, bem como comprovar conformidade com requisitos de segurança elétrica e compatibilidade eletromagnética.

4.1.2. Deverá ser priorizada a contratação de fornecedores que adotem práticas sustentáveis em toda a cadeia de produção, transporte e distribuição, comprovadas por certificações como ISO 14001, ABNT NBR ISO 14024 ou similares;

4.1.3. A contratada deverá apresentar o **Certificado de Boas Práticas de Fabricação – CBPF** emitido pela ANVISA, em conformidade com a RDC nº 497/2021, quando aplicável ao produto fornecido.

4.1.4. Embalagens de menor volume possível, preferencialmente recicláveis, que garantam proteção no transporte.

4.1.5. O fornecedor deverá apresentar **plano de logística reversa ou comprovar participação em plano de logística reversa**, contendo:

- recolhimento dos bens e componentes usados ou obsoletos;
- pontos de coleta, unidades de recolhimento, transportes;
- destinação final ambientalmente adequada (destinação, reciclagem, reutilização, recuperabilidade).

4.1.6. O equipamento deverá atender às normas técnicas aplicáveis:

- ABNT-NBR-IEC-60601-1 Equipamento Eletromédico – Prescrições Gerais para Segurança;
- ABNT-NBR-IEC-60601-1-1 Prescrições de Segurança para Sistemas Eletromédicos;
- ABNT-NBR-IEC-60601-1-2 Prescrições Gerais para Segurança - Compatibilidade Eletromagnética;
- ABNT-NBR-IEC-60601-1-4 Prescrições de Segurança para Sistemas eletromédicos programáveis;
- ABNT-NBR-IEC-60601-2-27 Prescrições particulares para a segurança de equipamento para monitorização de eletrocardiograma;
- ABNT-NBR-IEC-60601-2-34 Prescrições de Segurança para monitorização invasiva da pressão sanguínea.

4.1.7. Inscrição válida no **Cadastro Técnico Federal – CTF/IBAMA** para atividades de fabricação, comercialização ou importação de equipamentos potencialmente poluidores, se aplicável;

4.1.8. As embalagens deverão, sempre que possível, utilizar materiais recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, sem prejuízo das exigências de esterilidade, segurança e eficácia técnica, conforme a IN SLTI /MPOG nº 01/2010;

4.1.9. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difênil-polibromados (PBDEs), Ftalato de bis (2-etilhexila) (DEHP), Ftalato de butilbenzila (BBP), Ftalato de dibutila (DBP), Ftalato de diisobutila (DIBP).

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não há indicação de marca ou modelo.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Nos termos do **art. 46, §3º, da Lei nº 14.133/2021**, e considerando as orientações do **Decreto nº 11.462/2023** e dos **Acórdãos do TCU nº 1.299/2022 e nº 2.421/2019**, **não haverá vedação de marcas ou produtos** na presente licitação, sendo vedada a indicação exclusiva de marca, salvo nas hipóteses de justificativa técnica ou de padronização formalmente aprovada pela autoridade competente.

4.4. A presente contratação tem por objeto **equipamento eletromédico de alta complexidade**, cujas especificações técnicas foram definidas com base em normas **ABNT NBR IEC 60601 e correlatas**, bem como em requisitos funcionais e de desempenho descritos no **Estudo Técnico Preliminar**, assegurando a ampla competitividade e a equivalência tecnológica entre as propostas.

4.5. Eventuais menções a marcas, modelos ou fabricantes constantes deste Termo de Referência terão **caráter meramente exemplificativo**, com o objetivo de ilustrar padrões mínimos de qualidade, desempenho, compatibilidade e segurança elétrica exigidos, **devendo ser sempre acompanhadas da expressão “ou equivalente”**.

4.6. Considera-se “equivalente” o equipamento que:

- I)** atenda integralmente às especificações técnicas e funcionais descritas neste Termo de Referência;
- II)** possua **registro ativo na ANVISA** e certificações de conformidade com as normas **ABNT NBR IEC 60601 e correlatas**;
- III)** seja compatível com sistemas de comunicação hospitalar (DICOM e HL7);
- IV)** apresente desempenho, precisão e recursos de software comparáveis aos equipamentos de referência.

4.7. A avaliação da equivalência técnica será realizada pela **Comissão de Padronização e Parecer Técnico do HFSE**, composta por representantes da **Engenharia Clínica** e do **Serviço de Hemodinâmica**, com emissão de relatório conclusivo registrado no processo SEI.

4.8. Fica vedada a **indicação de marca específica** ou a **restrição de produtos** sem fundamentação técnica formal, sob pena de nulidade do ato e violação ao princípio da competitividade.

4.9. A Administração reserva-se o direito de **recusar equipamentos de marcas que não atendam aos requisitos técnicos mínimos** definidos neste Termo de Referência, ainda que declarados equivalentes pelo fornecedor, mediante parecer técnico devidamente motivado.

Da exigência de amostra

4.10. A exigência de amostra tem como finalidade **verificar a conformidade técnica e funcional do equipamento ofertado com as especificações deste Termo de Referência**, bem como avaliar aspectos de usabilidade, segurança e compatibilidade tecnológica.

4.11. Em razão da natureza e complexidade do objeto — **equipamento eletromédico de médio porte (polígrafo computadorizado)** — a apresentação de **amostra física não será exigida de forma imediata**, devendo ser observada a seguinte ordem preferencial de avaliação:

I – Primeira Etapa (Amostra Documental):

O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo de até **03 (três) dias úteis** após a solicitação, os seguintes documentos técnicos:

- **Catálogo/folder** ilustrativo do equipamento ofertado, em língua portuguesa, com imagens do produto real;
- **Manual técnico** e ficha de especificações completas (modelo, versão, fabricante, número de registro ANVISA);
- **Certificados** de conformidade elétrica e compatibilidade eletromagnética (ABNT NBR IEC 60601 e correlatas);
- **Declaração** do fabricante confirmando a compatibilidade do software com protocolos DICOM e HL7;
- **Vídeo institucional** ou link de demonstração do funcionamento do equipamento (opcional, caso disponível).

As amostras, caso solicitadas deverão ser entregues no endereço:

RUA SACADURA CABRAL Nº 178 - SAÚDE - CEP 20.221-903 – Rio de Janeiro/RJ - Anexo IV 3º andar (Comissão de Padronização e Parecer Técnico) de 08h às 14h / Hospital Federal dos Servidores do Estado – HFSE, no prazo limite de **3 (três) dias úteis**, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

II – Segunda Etapa (Demonstração Técnica Presencial – se necessária):

Caso, após análise documental, a Comissão Técnica conclua que há **dúvida quanto à funcionalidade, ergonomia ou compatibilidade do modelo ofertado**, o licitante será convocado para **demonstração técnica presencial**, que poderá ocorrer:

- **a) Em instalação hospitalar, clínica ou showroom localizado no município do Rio de Janeiro/RJ**, onde o equipamento idêntico esteja em operação; ou
- **b) Em local indicado pelo fornecedor, desde que situado na cidade do Rio de Janeiro**, às suas **expensas exclusivas**, incluindo deslocamento, transporte e suporte da equipe técnica.

4.12. A análise técnica será realizada por **Comissão de Padronização e Parecer Técnico do HFSE**, composta por representantes da Hemodinâmica, Engenharia Clínica e Setor de Compras.

4.13. A demonstração técnica, quando realizada, terá **data, horário e local previamente informados no sistema (Compras.gov.br)**, sendo **facultada a presença dos demais licitantes** para fins de transparência do procedimento.

4.14. Serão avaliados, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- Qualidade do material e acabamento externo;

- Clareza da interface e facilidade de operação;
- Compatibilidade com sistemas de registro hospitalar e rede de dados;
- Funcionalidade dos módulos de hemodinâmica e eletrofisiologia;
- Condições de manutenção e assistência técnica local.

4.15. Os resultados da avaliação serão registrados em **relatório técnico conclusivo** e disponibilizados no processo SEI, constituindo parte integrante do julgamento da proposta.

4.16. Caso a amostra documental ou a demonstração técnica não atenda aos requisitos estabelecidos, a proposta será desclassificada, sendo convocado o licitante subsequente, conforme a ordem de classificação.

4.17. Os equipamentos, catálogos ou materiais apresentados para fins de amostra serão considerados **prototipagem de análise técnica**, não gerando direito a indenização ou ressarcimento.

4.18. As amostras físicas eventualmente entregues deverão ser recolhidas pelo fornecedor em até **10 (dez) dias úteis após o resultado final**, sob pena de descarte sem ônus para a Administração.

4.19. O fornecedor deverá fornecer, sem ônus, os **manuals técnicos e operacionais em português** e prestar os esclarecimentos necessários durante a fase de demonstração.

Da exigência de carta de solidariedade

4.20. Em caso de participação de **fornecedor, revendedor, distribuidor ou representante comercial** que **não seja o fabricante direto do equipamento**, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar a **apresentação de Carta de Solidariedade** emitida pelo **fabricante do produto ofertado**, nos termos deste item.

4.21. A Carta de Solidariedade deverá ser apresentada em papel timbrado do fabricante, devidamente assinada por seu representante legal, com firma reconhecida (ou assinatura eletrônica certificada), contendo, no mínimo, as seguintes declarações:

I) que o fabricante **autoriza expressamente** o licitante a comercializar, representar e instalar o equipamento ofertado neste certame;

II) que o fabricante **garante o fornecimento de peças de reposição, acessórios, atualizações de software e assistência técnica especializada** durante todo o período de garantia contratual e, no mínimo, por **cinco (05) anos após o término da garantia**;

III) que o fabricante **assume responsabilidade solidária** com o distribuidor/revendedor pelo cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à qualidade, desempenho e manutenção do equipamento;

IV) que o fabricante **prestará suporte técnico direto à Administração**, sempre que solicitado, em casos de falha grave, recall, obsolescência ou indisponibilidade do representante comercial;

V) que o fabricante declara possuir **autorização legal para comercialização do equipamento no território nacional**, com registro válido na **ANVISA** e certificações técnicas vigentes (ABNT NBR IEC 60601 e correlatas);

VI) identificação completa do produto (marca, modelo, versão e número de registro ANVISA);

VII) identificação do processo licitatório (**Processo SEI nº 33433.043065/2025-75**) e do órgão contratante (**Hospital Federal dos Servidores do Estado – HFSE/RJ**);

VIII) vigência mínima da carta até o término da garantia contratual e, no mínimo, por **24 (vinte e quatro) meses** a contar da assinatura do contrato.

4.22. A Carta de Solidariedade poderá ser redigida em português ou inglês, devendo, neste último caso, ser acompanhada de **tradução livre em português**.

4.23. A ausência de apresentação da Carta de Solidariedade dentro do prazo fixado (03 dias úteis após solicitação) implicará a **desclassificação da proposta**, sendo convocado o licitante subsequente.

4.24. A apresentação da Carta de Solidariedade **não exime o licitante das responsabilidades diretas pela execução contratual**, servindo apenas como garantia complementar de suporte técnico e comercial pelo fabricante.

4.25. A Administração poderá, a seu critério, **verificar a autenticidade da carta junto ao fabricante** por e-mail institucional, consulta documental ou diligência técnica, antes da homologação do certame.

4.26. A falta de autenticidade, a falsificação documental ou a recusa do fabricante em confirmar a solidariedade implicará **inabilitação imediata do licitante e comunicação ao órgão de controle competente**.

Subcontratação

4.27. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.28. Em consonância com os **arts. 96 a 100 da Lei nº 14.133/2021**, e conforme análise constante do **Estudo Técnico Preliminar**, **não será exigida garantia de execução contratual**, por se tratar de aquisição de bens de fornecimento único e imediato, de risco reduzido e com garantia técnica estendida pelo fabricante.

4.29. A Administração considerou que o objeto apresenta **baixo risco de inadimplemento contratual**, uma vez que:

I) o fornecimento é único e deverá ocorrer em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota de Empenho;

II) o pagamento somente será realizado **após o recebimento definitivo do bem** e aceitação da instalação pela fiscalização;

III) há **garantia técnica de 24 (vinte e quatro) meses** para o equipamento, abrangendo peças, mão de obra e deslocamento, conforme **ETP nº 441/2025, item 4(c)**;

IV) haverá **Carta de Solidariedade do fabricante**, assegurando suporte técnico e fornecimento de peças durante toda a vigência da garantia;

V) a contratação está amparada por **instrumentos de controle e fiscalização contínua**, inclusive pela Engenharia Clínica e pela Comissão de Padronização do HFSE.

4.30. Ressalva-se, contudo, que o Contratado **permanecerá sujeito à execução de penalidades e ressarcimento de prejuízos**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e deste Termo de Referência, em caso de inadimplemento ou descumprimento das obrigações assumidas.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.31. Nos termos do **art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006**, regulamentado pelo **Decreto nº 8.538 /2015**, a Administração poderá reservar até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto da licitação para contratação exclusiva de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), desde que o objeto seja divisível e a reserva seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa.

4.32. No presente certame, considerando as informações constantes do **Estudo Técnico Preliminar**, **não será aplicada a reserva de cota para ME/EPP**, em razão de o objeto ser **indivisível, de alta complexidade técnica e com mercado fornecedor restrito a distribuidores autorizados de fabricantes internacionais**, inviabilizando a divisão do objeto sem prejuízo à padronização e à compatibilidade operacional.

4.33. Apesar da não aplicação da reserva de cotas, ficam asseguradas às microempresas e empresas de pequeno porte todas as **demais prerrogativas legais**, especialmente:

- I) o direito de preferência em caso de empate ficto**, nos termos do **art. 44 da LC nº 123/2006** e do **art. 6º do Decreto nº 8.538/2015**;
- II) o prazo para regularização fiscal tardia**, previsto no **art. 43, §1º, da LC nº 123/2006**;
- III) a participação em igualdade de condições com empresas de maior porte**, observados os critérios de habilitação técnica e regulatória exigidos no edital.

4.34. Caso, em contratações futuras de bens ou serviços correlatos, o objeto se apresente **divisível e compatível com a atuação de micro e pequenas empresas**, a Administração poderá adotar a **reserva de cota de até 25% ou licitação exclusiva para ME/EPP**, mediante nova análise técnica e econômica.

Margem de Preferência:

4.35. Nos termos do **art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e do **Decreto nº 11.890, de 10 de janeiro de 2024**, a Administração poderá aplicar margem de preferência para bens manufaturados nacionais e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras, bem como para bens reciclados, recicláveis, biodegradáveis ou resultantes de inovação tecnológica nacional, desde que definidos em ato da **Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS)**.

4.36. No presente certame, **não será aplicada margem de preferência**, conforme análise técnica constante do **Estudo Técnico Preliminar**, em razão de o objeto apresentar as seguintes características:

- I) tratar-se de equipamento eletromédico de alta complexidade e tecnologia predominantemente importada**;
- II) inexistência de produção nacional suficiente** para atendimento da demanda;
- III) ausência de ato normativo da CICS** que inclua o referido equipamento entre os bens elegíveis à aplicação de margem de preferência;
- IV) risco de restrição indevida à competitividade** caso a margem fosse aplicada sem respaldo técnico e normativo;
- V) exigência de certificações internacionais e nacionais** (ABNT NBR IEC 60601 e correlatas), que são atendidas majoritariamente por fabricantes estrangeiros.

4.37. Assim, o julgamento das propostas ocorrerá **sem aplicação de margem de preferência**, sendo consideradas apenas as condições técnicas, regulatórias e comerciais das propostas apresentadas, conforme o critério de julgamento definido no edital.

4.38. Permanecem assegurados os princípios da **isonomia**, da **competitividade** e da **seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.39. A eventual futura edição de ato normativo pela CICS ou outro órgão competente, que venha a incluir o objeto desta licitação entre aqueles sujeitos à margem de preferência, **não retroagirá** para afetar o resultado deste certame.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo máximo para **entrega, instalação, montagem, calibração, treinamento e disponibilização plena de uso** dos equipamentos é de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da **emissão da Nota de Empenho**, em **remessa única**, salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovada.

5.2. A entrega dos equipamentos deverá ser acompanhada de **todos os acessórios, consumíveis, cabos, softwares, licenças e manuais técnicos em língua portuguesa**, necessários ao funcionamento e à operação integral do sistema.

5.3. Os bens devem ser entregues, no seguinte endereço:

Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE) - Almoxarifado Central

Rua Sacadura Cabral, nº 178 – Bairro: Saúde – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.221-903

Horário de entrega: das 9h às 16h, em dias úteis.

Telefone: (21) 2291-3131 – Ramal 3342.

5.4. A contratada será **integralmente responsável pelo transporte, acondicionamento, integridade física, segurança e seguro dos equipamentos** até o recebimento definitivo, devendo utilizar embalagens adequadas, resistentes e, quando necessário, à prova de impacto e umidade, conforme especificações do fabricante.

5.5. A entrega compreenderá obrigatoriamente:

I) instalação física e elétrica do equipamento;

II) calibração funcional e verificação de desempenho;

III) treinamento operacional e técnico da equipe designada pela Administração;

IV) emissão de **termo de instalação e comissionamento** assinado pela Engenharia Clínica e pelo setor requisitante.

5.6. Caso a contratada **preveja impossibilidade de cumprir o prazo de entrega**, deverá comunicar formalmente à Administração, com **antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos**, apresentando justificativa técnica detalhada e documentação comprobatória que embasem eventual pedido de prorrogação, nos termos do **art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021**.

5.7. O pedido de prorrogação será avaliado pela Administração, podendo ser deferido **somente se comprovada a ocorrência de caso fortuito, força maior, atraso na liberação alfandegária ou outros motivos técnicos relevantes** devidamente justificados e aceitos pela fiscalização.

5.8. O descumprimento injustificado dos prazos de entrega, instalação ou treinamento implicará **aplicação de penalidades contratuais**, conforme as disposições legais e editalícias aplicáveis.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9. O prazo de **garantia contratual** dos equipamentos será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir do **primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo** do objeto, nos termos do art. 115, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com o **Estudo Técnico Preliminar nº 441/2025**.

5.10. Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar o **pleno funcionamento e desempenho dos equipamentos**, sem qualquer ônus adicional à Administração, realizando **manutenções corretivas e preventivas** com fornecimento integral de peças, componentes, acessórios, insumos específicos, mão de obra técnica e deslocamento.

5.11. A garantia abrangerá **todos os componentes de hardware e software**, inclusive cabos, conectores, sensores, módulos e periféricos, devendo a substituição de partes defeituosas ser feita por **peças novas, originais e de primeiro uso**, equivalentes ou superiores às de fabricação.

5.12. A contratada deverá manter, durante todo o período de garantia:

- I) assistência técnica autorizada pelo fabricante**, preferencialmente sediada no Estado do Rio de Janeiro;
- II) estoque de peças de reposição** compatível com a manutenção do equipamento;
- III) técnicos treinados e certificados** pelo fabricante para atendimento local;
- IV) telefone e e-mail de suporte técnico** disponíveis em horário comercial.

5.13. O atendimento aos chamados de manutenção corretiva deverá ocorrer em até **03 (três) dias úteis** após a notificação da Administração, e a solução definitiva (reparo ou substituição) deverá ser concluída em até **10 (dez) dias úteis**, contados do atendimento inicial.

5.14. Caso o prazo previsto no item anterior não possa ser cumprido, a contratada deverá:

- I) solicitar prorrogação justificada**, por uma única vez, e por igual período; e
- II) disponibilizar, sem ônus, equipamento substituto equivalente ou superior** para uso provisório da Administração, até a conclusão dos reparos, a fim de garantir a continuidade das atividades assistenciais.

5.15. A **assistência técnica** poderá ser realizada no local de instalação ou, se necessário, nas dependências da oficina autorizada, cabendo à contratada **todas as despesas de transporte, embalagem, seguro e deslocamento**.

5.16. A contratada responderá, durante o prazo de garantia:

- a) pela integridade funcional e estrutural dos equipamentos;**
- b) pela conformidade com as normas técnicas e regulatórias vigentes** (ABNT NBR IEC 60601 e correlatas);
- c) pela reposição imediata de partes defeituosas;**
- d) pela manutenção de compatibilidade de software e firmware;**
- e) pela atualização sem custo de versões corretivas de software.**

5.17. O não atendimento das condições estabelecidas nesta cláusula autoriza a Administração a:

- I) executar a garantia diretamente** por meio de terceiros, com ressarcimento integral dos custos pela contratada; e
- II) aplicar as penalidades administrativas cabíveis**, sem prejuízo da execução de eventual garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

5.18. O prazo de garantia contratual é **independente da vigência do contrato administrativo**, mantendo-se válido até o término de sua duração, mesmo após a extinção contratual.

5.19. Findo o prazo de garantia, a contratada deverá fornecer à Administração **orçamento detalhado e atualizado** de eventual **contrato de manutenção técnica futura (pós-garantia)**, para planejamento orçamentário e continuidade do serviço.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão contratante **poderá convocar o representante legal da empresa contratada para reunião inicial de alinhamento e planejamento da execução contratual**, a ser realizada preferencialmente no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** após a assinatura.

Na ocasião, será apresentado o **Plano de Fiscalização do Contrato**, contendo:

- I) a relação de obrigações da contratada e da contratante;
- II) os **mecanismos e rotinas de fiscalização** (administrativa e técnica);
- III) o **plano de execução complementar** da contratada, quando houver;
- IV) o **método de aferição dos resultados**, com indicadores de desempenho e qualidade;
- V) os **critérios de recebimento provisório e definitivo** dos equipamentos;
- VI) os **procedimentos de comunicação e registro de ocorrências** no processo SEI;
- VII) as **sanções aplicáveis** em caso de descumprimento das obrigações;
- VIII) os **protocolos de manutenção e garantia**, inclusive prazos para resposta e substituição de equipamentos.

A reunião inicial deverá ser registrada em ata e juntada ao processo SEI, servindo como **documento formal de início da gestão contratual** e base para acompanhamento das obrigações.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização contratual obedecerá a **rotinas sistemáticas e documentadas**, em conformidade com os arts. 117 a 121 da Lei nº 14.133/2021 e com o Plano de Fiscalização aprovado, compreendendo:

I – Fiscalização Técnica:

Executada pela **Engenharia Clínica e pelo Setor de Hemodinâmica do HFSE**, com o objetivo de verificar a conformidade técnica, funcional e operacional dos equipamentos, compreendendo:

- a) acompanhamento da instalação, calibração e testes de aceitação;
- b) verificação do cumprimento das normas ABNT NBR IEC aplicáveis;
- c) avaliação do desempenho e da usabilidade;
- d) acompanhamento de chamados de manutenção e atendimento em garantia;
- e) emissão de relatórios técnicos de conformidade e parecer conclusivo para recebimentos provisório e definitivo.

II – Fiscalização Administrativa:

Executada pelo **Núcleo de Contratos ou setor equivalente**, com o objetivo de controlar e registrar:

- a) a regularidade fiscal e trabalhista da contratada;
- b) a vigência contratual e prazos de entrega;
- c) a manutenção das garantias e seguros;
- d) o controle de pagamentos, glosas e eventuais aditivos;
- e) a comunicação com o gestor e a contratada sobre quaisquer não conformidades.

III) Gestão e Comunicação:

O **Gestor do Contrato**, designado por portaria específica, será responsável por:

- a) coordenar a execução e comunicação entre os fiscais e a contratada;
- b) promover reuniões periódicas de acompanhamento;
- c) determinar as providências corretivas diante de ocorrências registradas;
- d) assegurar o registro completo das ações no processo SEI.

IV) Registros e Evidências:

Todos os atos de fiscalização deverão ser **documentados no processo SEI**, por meio de relatórios simplificados, planilhas de controle, atas de reuniões e comunicações formais, compondo o histórico do contrato e servindo de base para eventuais auditorias.

V) Encerramento:

Ao término da execução contratual, o gestor e os fiscais emitirão **Relatório Conclusivo de Fiscalização**, atestando o cumprimento integral das obrigações, a conformidade técnica do equipamento e a validade remanescente da garantia.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Multa moratória - pelo atraso injustificado na entrega, instalação, treinamento ou disponibilização plena de uso dos equipamentos, será aplicada multa diária de **0,2% (dois décimos por cento)** sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao máximo de **5% (cinco por cento)** do valor total correspondente, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo contratual.

7.2.4.2. Multa moratória específica - de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado, sobre o valor total do contrato, até o limite de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, complementação ou reposição da garantia contratual.

7.2.4.2.1. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias corridos** para apresentação, complementação ou reposição da garantia autoriza a **extinção do contrato por inexecução irregular**, na forma do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da execução de eventual garantia já constituída.

7.2.4.3. Multa compensatória - para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 7.1 (apresentação de documentos falsos, fraude, inidoneidade ou ato lesivo à Administração), será aplicada multa de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor total da contratação, sem prejuízo das sanções de impedimento ou inidoneidade.

7.2.4.4. Multa compensatória - pela **inexecução total do contrato** (alínea “c”), fixada entre **10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento)** do valor total da contratação, sem prejuízo da rescisão contratual e das demais penalidades cabíveis.

7.2.4.5. Multa compensatória - para a infração descrita na alínea “b” do item 7.1 (inexecução parcial que cause grave dano à Administração ou ao interesse coletivo), no percentual de **15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento)** do valor do contrato.

7.2.4.6. Multa compensatória substitutiva - em substituição à multa moratória, para o atraso injustificado que implique prejuízo direto ao cronograma de execução (alínea “d”), no percentual de **2% (dois por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação, conforme a gravidade da ocorrência e o impacto sobre o serviço.

7.2.4.7. Multa compensatória por inexecução parcial (sem grave dano) - para as infrações descritas na alínea “a” do item 7.1, no percentual de **2% (dois por cento)** a **8% (oito por cento)** do valor da contratação, aplicável em casos de falhas pontuais, deficiências de instalação, calibração ou suporte, que não comprometam de forma grave o funcionamento global do objeto.

7.2.4.7.1. Consideram-se infrações específicas de **inexecução parcial** passíveis da penalidade acima:

- I)** atraso superior a 5 (cinco) dias úteis na execução de reparos em garantia, sem comunicação prévia e justificada;
- II)** falha na substituição de peças defeituosas ou no cumprimento dos prazos de manutenção corretiva;
- III)** não comparecimento de técnico designado para instalação ou treinamento, após agendamento confirmado;
- IV)** descumprimento parcial de requisitos acessórios do contrato, como fornecimento de manuais, certificados ou relatórios técnicos;
- V)** interrupção injustificada do atendimento de suporte técnico durante a vigência da garantia contratual.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4.** os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias** contados da entrega e do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **15 (quinze) dias**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar;

8.12.6. e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)/IBGE** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. Não será admitida a antecipação de pagamento em qualquer hipótese, ainda que parcial, sendo o pagamento condicionado ao efetivo fornecimento do objeto e à comprovação de sua conformidade com as especificações contratuais, conforme (art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021).

8.28. Em nenhuma hipótese o Contratante estará obrigado a efetuar pagamento antecipado de valores, permanecendo a obrigação do Contratado de executar integralmente a parcela do objeto antes da emissão da nota fiscal correspondente

Cessão de Crédito

8.29. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.29.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.29.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou

indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.29.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.29.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.30. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.31. Os preços inicialmente contratados são **fixos e irrevogáveis** no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.32. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) /IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

9.2. Justificativa para não admitir participação inicial de outros órgãos ou entidades

Nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP), a Administração poderá, motivadamente, restringir a participação inicial de outros órgãos ou entidades quando as condições do objeto ou a urgência da demanda assim exigirem.

No presente caso, **não será inicialmente admitida a participação de órgãos ou entidades não integrantes do Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE)**, em razão da **necessidade premente de garantir o abastecimento regular, imediato e contínuo de insumos médico-hospitalares essenciais**. A abertura indiscriminada da ata a outros participantes poderia comprometer o planejamento logístico e aumentar o risco de desabastecimento, afetando diretamente a continuidade dos serviços assistenciais à população.

Esclarece-se, contudo, que a medida não inviabiliza a utilização posterior da ata por outros órgãos ou entidades, na forma de **adesão**, desde que observados os requisitos legais e regulamentares, a exemplo do art. 82, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será **integral**.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por item, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item **1.1.** deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de fabricação, importação, distribuição ou comercialização de equipamentos médico-hospitalares, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e do art. 2º da Resolução RDC nº 16, de 28 de março de 2013, ou norma que vier a substituí-las.

9.14.1. O licitante deverá apresentar cópia atualizada da **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** emitida pela ANVISA, válida na data de apresentação da proposta, acompanhada de **comprovante de inscrição municipal e alvará sanitário** emitido pela autoridade competente da localidade da sede.

9.14.2. No caso de distribuidor, revendedor ou representante comercial, deverá ser apresentada, adicionalmente, cópia da **AFE do fabricante** e o **registro do produto (Polígrafo Computadorizado)** junto à ANVISA, em conformidade com a **Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001**, ou norma que a substitua.

9.14.3. O registro do produto junto à ANVISA deverá estar **ativo e compatível com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência**, contendo o número de registro, nome comercial, fabricante, modelo e código do produto.

9.14.4. O licitante deverá comprovar a **indicação e responsabilidade técnica** por profissional devidamente registrado em Conselho Regional competente (CREA ou CRF, conforme o caso), conforme o **art. 20 da Lei nº 5.991/1973** e o **art. 1º da Resolução RDC nº 665/2022 (ANVISA)**.

9.14.5. Quando a empresa atuar exclusivamente como **representante de fabricante estrangeiro**, deverá apresentar:

I) Termo de Representação Comercial emitido pelo fabricante, autorizando expressamente a comercialização e o fornecimento do equipamento no território nacional;

II) cópia do registro do produto na ANVISA em nome do fabricante ou do representante legal;

III) comprovação de que o fabricante possui autorização de funcionamento e certificado de conformidade internacional (ISO 13485 ou equivalente).

9.14.6. Todos os documentos deverão ser apresentados em **nome da licitante**, em plena vigência e legíveis, sendo admitidas **consultas diretas no sítio eletrônico da ANVISA (<https://consultas.anvisa.gov.br/>)** para fins de conferência e validação pela Comissão de Licitação

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas.

I) - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

II) - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante);

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

III) - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante);

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento aos índices econômico-financeiros previstos neste Termo de Referência - **Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG)** - deverá ser **comprovado mediante declaração formal assinada por profissional habilitado da área contábil**, portador de registro ativo no **Conselho Regional de Contabilidade (CRC)**, acompanhada de **documento de identificação profissional e número de registro**.

9.32.2. A declaração deverá atestar expressamente que, com base nas demonstrações contábeis apresentadas, a licitante atende aos seguintes parâmetros mínimos:

I) Liquidez Geral (LG) > 1,00

II) Liquidez Corrente (LC) > 1,00

III) Solvência Geral (SG) > 1,00

9.32.3. O documento deverá ser emitido em **papel timbrado do escritório contábil** ou da própria empresa, devidamente **assinado digitalmente ou de forma autógrafa** pelo profissional responsável, e deverá conter:

a) nome completo do contador responsável;

b) número de registro no CRC;

c) CNPJ da empresa licitante;

d) data de emissão e referência ao exercício contábil analisado;

e) declaração de veracidade das informações, sob as penas da lei.

9.32.4. Para fins de auditoria e validação, a Administração poderá solicitar **cópia das demonstrações contábeis originais** que subsidiaram a declaração, devendo a empresa atender ao pedido no prazo de até **3 (três) dias úteis**.

9.32.5. Caso a licitante apresente índices inferiores ou iguais a 1 (um) em qualquer dos parâmetros acima, deverá comprovar possuir **capital social integralizado ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, nos termos do **art. 70, §2º, da Lei nº 14.133/2021**.

9.32.6. A declaração contábil apresentada terá validade de **até 90 (noventa) dias** contados da data de sua emissão, devendo ser contemporânea ao período da habilitação.

9.32.7. A falsidade ou inconsistência de informações constantes da declaração implicará **inabilitação imediata da licitante e comunicação ao Conselho Regional de Contabilidade competente**, sem prejuízo das sanções previstas na **Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

Qualificação Técnica

9.33. Comprovação do **registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, ou no **Conselho Profissional competente**, em plena validade, compatível com o objeto desta contratação, nos termos da **Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980**, e da **Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966**.

9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, da **solicitação de registro perante o CREA ou conselho profissional competente no Brasil**, conforme a legislação vigente.

9.34. Comprovação de **capacidade técnica e aptidão** para o fornecimento de equipamentos médico-hospitalares de **complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação**, mediante a apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento, instalação e suporte técnico de **equipamentos eletromédicos** com as seguintes características mínimas:

9.34.1. Os atestados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I)** identificação completa da instituição contratante;
- II)** descrição do equipamento fornecido, incluindo marca, modelo e especificações técnicas;
- III)** informação de que o fornecimento incluiu **instalação, calibração e treinamento de usuários**;
- IV)** indicação de que o equipamento fornecido possuía **registro na ANVISA**;
- V)** identificação do signatário e data de emissão do atestado;
- VI)** declaração de que o objeto foi **executado de forma satisfatória**.

9.34.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo ou equivalência tecnológica, a **soma de diferentes atestados** relativos a contratos executados concomitantemente, desde que os equipamentos tenham complexidade e natureza equivalentes.

9.34.3. Os atestados poderão ser apresentados em nome da **matriz ou filial** da empresa licitante, desde que ambos pertençam ao mesmo CNPJ raiz.

9.34.4. A Administração poderá **confirmar a veracidade dos atestados apresentados**, mediante contato com os emissores, visita técnica ou consulta a sistemas oficiais, devendo o fornecedor disponibilizar cópia do contrato que deu origem ao atestado, endereço do contratante e local da execução.

9.35. Comprovação de que a empresa **possui Responsável Técnico** formalmente designado, com **registro ativo e regular no Conselho Profissional competente (CREA ou CRM)**, acompanhado de **termo de responsabilidade técnica** e comprovação de vínculo com a empresa (cópia de contrato social, contrato de trabalho ou declaração de vínculo funcional).

9.36. Apresentação, quando aplicável, de **certificação ISO 13485** (Sistema de Gestão da Qualidade para Dispositivos Médicos), válida e emitida por organismo acreditado, ou equivalente reconhecida internacionalmente.

9.37. Apresentação de **certificação ou declaração de conformidade do produto junto à ANVISA**, contendo o número de registro e o nome do fabricante, conforme previsto na **Resolução RDC nº 185/2001**.

9.38. Serão desclassificados os licitantes que deixarem de comprovar qualquer dos requisitos de qualificação técnica exigidos, ou que apresentarem documentos em desacordo com as normas legais, regulatórias e técnicas aplicáveis ao objeto

Disposições gerais sobre habilitação

9.39. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29

de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao **valor máximo aceitável pela Administração**, é de **R\$ R\$ 568.223,89 (QUINHENTOS E SESSENTA E OITO MIL E DUZENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1.**

10.2. A estimativa foi elaborada com base em **pesquisa de preços de mercado**, realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, considerando:

- I) consultas a contratações similares registradas no Painel de Preços e em outros órgãos públicos;
- II) cotações obtidas junto a fornecedores do ramo;
- III) parâmetros de contratações anteriores desta unidade;
- IV) atualização monetária, quando cabível.

10.3. O valor estimado não vincula a Administração e servirá apenas como **referência para análise da vantajosidade e para a aferição da exequibilidade das propostas**, devendo ser adjudicado o objeto à proposta mais vantajosa, ainda que em valor inferior ao limite máximo aqui fixado.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado - HFSE;
- II) Fonte de recursos: Ministério da Saúde;
- III) Programa de trabalho: Modernização do parque tecnológico para Hemodinâmica;
- IV) Elemento de despesa: Material Permanente;

V) Plano interno: Atendimento às demandas da Unidade o aprimoramento da qualidade assistencial.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência **não são classificadas como sigilosas**, exceto o **valor estimado da contratação**, que permanecerá em sigilo até o julgamento das propostas, nos termos do **art. 24, §3º, da Lei nº 14.133/2021**, com vistas à proteção da competitividade e ao resguardo do interesse público.

12.2. Este Termo de Referência foi elaborado em observância aos **arts. 18 a 21 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021**, bem como às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e seus regulamentos complementares, devendo ser utilizado como **documento técnico de referência** para a fase de planejamento e execução contratual.

12.3. Eventuais **alterações contratuais** decorrentes de necessidade de **ajuste quantitativo, qualitativo, de prazo ou valor** deverão observar rigorosamente o disposto no **art. 124 da Lei nº 14.133/2021**, devidamente justificadas e formalizadas por meio de **termo aditivo ou apostilamento**, conforme o caso.

12.4. Qualquer **divergência de interpretação** sobre as especificações técnicas, condições contratuais ou obrigações das partes deverá ser resolvida com base nos **princípios da legalidade, razoabilidade, eficiência e interesse público**, mediante manifestação da **unidade técnica competente e parecer jurídico**, se necessário.

12.5. Este Termo de Referência compõe o processo administrativo **nº SEI 33433.043065/2025-75**, e servirá de base para:

- I) elaboração do edital;
- II) análise de viabilidade técnica e econômica;
- III) fiscalização e acompanhamento contratual;
- IV) registro histórico de planejamento da contratação.

12.6. A elaboração deste documento contou com a participação conjunta da **unidade requisitante, setor técnico de engenharia clínica, e setor de compras e contratações**, sob a coordenação do Gestor do Processo.

12.7. Este Termo de Referência foi aprovado pela autoridade competente e **deverá ser assinado eletronicamente** pelos responsáveis pela sua elaboração, permanecendo arquivado no processo SEI correspondente.

Condições de Participação

12.8. Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21).

- 12.8.1.** Aquele que não atenda às condições deste Termo de referência e seu(s) anexo(s);
- 12.8.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 12.8.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 12.8.4.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou

atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

12.8.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

12.8.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

12.8.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.8.8. Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado.

12.8.9. Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores do Hospital Federal dos Servidores do Estado, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Justificativa para não adoção de instrumento substitutivo ao contrato

13.1. Considerando o **valor estimado da contratação (R\$ 568.223,89)** e as **obrigações contratuais de instalação, calibração, treinamento e garantia técnica de 24 (vinte e quatro) meses**, esta contratação **não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 95, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021**, que tratam da substituição do contrato formal por outros instrumentos hábeis (nota de empenho, autorização de compra ou ordem de fornecimento).

13.2. Em razão disso, a presente contratação será formalizada por instrumento contratual completo, nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a observância das cláusulas essenciais relativas a:

- I) execução e fiscalização;
- II) prazos e obrigações futuras;
- III) garantias contratuais e técnicas;
- IV) penalidades e sanções administrativas.

13.3. A formalização por contrato assegura **maior segurança jurídica à Administração e ao contratado**, permitindo o adequado acompanhamento técnico e o cumprimento integral das condições pactuadas.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no **Edital**, no **Termo de Referência** e nos demais anexos a que se refere o **Pregão na forma Eletrônica** nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20..... .

15. DO FATURAMENTO

15.1. Deverão ser apresentadas no Almoxarifado Central, as Notas Fiscais/Faturas, emitidas em 02 (duas) vias, em favor do:

Hospital Federal dos Servidores do Estado - HFSE

CNPJ: 00.394.544/0211-82

Endereço: Rua Sacadura Cabral Nº: 178 Anexo IV - Saúde - Rio de Janeiro/RJ CEP: 20221-903

No corpo da nota deverá conter:

- a descrição do material que deve ser pela Denominação Comum Brasileira DCB (Lei 9.787, de 10.02.99);
- lote e respectiva validade dos materiais;
- número do Processo/Empenho;
- número da Conta Bancária da empresa, para depósito do pagamento.

16. APÊNDICE

I) Estudo Técnico Preliminar nº: **441/2025 (SEI! nº 0051293238)**.

II) Termo de Ciência e Concordância (**Item 14.**).

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCUS ERNESTO SAMPAIO LACATIVA

Chefe do Serviço de Hemodinâmica



Assinou eletronicamente em 28/10/2025 às 12:51:07.

ANDRE PEREIRA DUQUE ESTRADA

Médico



Assinou eletronicamente em 30/10/2025 às 17:15:40.

BARBARA VIEIRA FENTA

Coordenadora do Escritório de Gerenciamento de Processos - EGP



Assinou eletronicamente em 31/10/2025 às 09:13:55.

HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ

Estudo Técnico Preliminar 441/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 33433.043065/2025-75

2. Descrição da necessidade

2.1. A aquisição polígrafo para uso regular tem como objetivo atender a medição de pressão em procedimentos em que somos referência na rede como cateterismo cardíaco direito e avaliação de estenose aórtica em pacientes candidatos a TAVI, sendo fundamental a medida ser feita com acurácia e exatidão.

2.2. Equipamentos esses que destina-se a:

Polígrafo para monitorização hemodinâmica e eletrofisiologia é um sistema computadorizado de eletromédico que registra e analisa dados fisiológicos do coração. Ele é usado em procedimentos como cateterismo cardíaco e estudo de eletrofisiologia, permitindo monitorar simultaneamente sinais elétricos do coração (eletrofisiologia), como ECG e canais intracavitários, e parâmetros hemodinâmicos, como pressão arterial e débito cardíaco. A combinação de funções em um único equipamento oferece precisão, flexibilidade e a capacidade de realizar análises offline dos dados.

2.3. A fim de que possa haver a continuidade dos serviços ambulatoriais sem interrupções e sem impactos negativos aos demais setores que necessitam dos serviços, faz-se necessário com urgência a aquisição dos equipamentos destacados. Caso a aquisição não seja realizada, impactos como mal funcionamento ou parada total de um dos equipamentos, deverão ser esperados pelo HFSE e impactará a rede SUS.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Hemodinâmica/HFSE	André Pereira Duque Estrada
Serviço de Hemodinâmica/HFSE	Marcus Ernesto Sampaio Lacativa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Tendo a partir dos critérios extraídos dos estudos mencionados, dentro da compatibilidade com as necessidades do HFSE, foram elencados os seguintes requisitos para a presente contratação:

REQUISITOS GERAIS.

- Certificados de acordo com as normas NBR IEC 60601-1, NBR IEC 62353 (segurança elétrica) conforme instalação e NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética) e as demais normas aplicáveis;
- Registro na ANVISA;
- Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses com assistência técnica especializada e autorizada para atendimento em até 48 horas. A resolução do problema deverá ocorrer em até 10 dias. O prazo poderá ser alongado em caso de justificativa com apresentação de documentos comprobatória;
- Assistência Técnica deverá realizar a manutenção preventiva na vigência da garantia, fornecendo o cronograma a Engenharia Clínica;

e) A empresa deverá fornecer acesso por tempo indeterminado para a equipe de Engenharia Clínica do HFSE as configurações de rede do equipamento, hosts e impressoras, log de erros, status das principais partes do sistema.

f) Manual do usuário em português;

g) Manual técnico para estudo mínimo do comportamento do aparelho

h) Que o produto seja acomodável à nossa infraestrutura;

i) Que a empresa atenda obrigatoriamente a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Art. 5º: “Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL”:

(...) “I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).”

j) Que a empresa atenda as disposições normativas de caráter ambiental presentes no Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP, entre elas o Cadastro Técnico Federal – CTF, pois o bem a ser adquirido, está enquadrado na INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 11, de 13 de abril de 2018, Anexo I, (Código 5-4) como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. Obrigando pessoas jurídicas que exerçam essas atividades que possuam inscrição no CTF/APP.

k) A Empresa, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora deverá obrigatoriamente adotar a Logística Reversa, conforme a Lei 12.305/2010, Art. 33º para os componentes eletroeletrônicos (CPU, teclado, mouse, monitor, nobreak, entre outros), quando da obsolescência destes insumos.

“Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

- I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens;
- II - pilhas e baterias;
- III - pneus;
- IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes”.

l) A Empresa deverá comprovar o disposto nos Critérios de Sustentabilidade acima através da apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, instituição credenciada ou por auto declaração de Sustentabilidade Ambiental emitido pela empresa e registrado oficialmente em Cartório.

m) Os Critérios Ambientais não serão utilizados como mecanismo de desempate e os mesmos respeitam as Leis nº 14.133/2021.

n) O produto final entregue pela empresa deverá vir contemplado com pacotes de treinamento de uso para a equipe assistencial (30 horas), de limpeza (5 horas) e de primeiro atendimento para a engenharia clínica (8 horas com instrutor técnico do service).

o) Após o recebimento do empenho a empresa terá um prazo de 15 dias para entregar o produto.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Dessa forma, o levantamento de mercado justifica-se como etapa fundamental para garantir a **adequação da solução proposta às práticas de mercado, a seleção da melhor estratégia de contratação e a observância dos princípios da eficiência, economicidade e transparência** na administração pública.

Todo o histórico da pesquisa de preços está incluído no processo supracitado em informações básicas, por tanto, será realizado uma pesquisa mercadológica atualizada para verificar a melhor forma de contratação, observando a vantajosidade dos preços praticados, com ampla pesquisa de preços na elaboração dos valores estimados dos itens a serem licitados, devendo ser analisados os critérios da IN 65/2021 abaixo:

Formalização

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - Descrição do objeto a ser contratado;

II - Identificação do(s) agente(s) responsável(is), pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - Caracterização das fontes consultadas;

IV - Série de preços coletados;

V - Método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - Justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VII - Memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte;

VIII - Justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º. Critérios

Critérios

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Parágrafo único. No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com a metodologia estabelecida no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Parâmetros

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

Metodologia para obtenção do preço estimado

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 3º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

ORDEM	NOME FANTASIA	CONTATO	RESPOSTA AO ORÇAMENTO
ITEM 01	TEB TECNOLOGIA ELETRONICA BRASILEIRA LTDA	Email: martins.consultor.sp@gmail.com E-mail: licitacao@teb.com.br E-mail: vendas3@teb.com.br (11) 5018-8855	PROPOSTA ENVIADA 22 /05/2025 REVALIDOU PROPOSTA 02/10/2025
	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	Email: licitacoes.brasil@philips.com Telefone(s): (35) 3219-7225, (35) 3219-7231, (35) 3219-7064	NÃO OBTIVE RESPOSTA
Pesquisa direta com fornecedores de acordo com o inciso IV do Art 5º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 07 de julho de 2021, transcrito abaixo: IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.			

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. A solução proposta consiste na **aquisição de polígrafos completos e devidamente certificados**, destinados ao registro e monitoramento simultâneo de múltiplos sinais fisiológicos em exames e procedimentos clínicos realizados na unidade. O equipamento deverá possibilitar a coleta e análise de parâmetros como pressão, pulso, respiração, atividade elétrica e outras variáveis biomédicas, assegurando precisão, estabilidade e confiabilidade nos resultados obtidos.
- 6.2. A adoção dessa solução visa **garantir a continuidade e a qualidade dos serviços diagnósticos**, considerando que os equipamentos atualmente disponíveis encontram-se em estado de obsolescência tecnológica, com limitações funcionais e elevado custo de manutenção. A substituição permitirá aprimorar o desempenho operacional, reduzir o risco de falhas durante os exames e atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis aos equipamentos médicos, especialmente aquelas estabelecidas pela ANVISA e pela ABNT/NBR.
- 6.3. Os novos polígrafos deverão possuir **interface digital moderna**, software de controle e análise compatível com os sistemas já utilizados pela instituição, recursos de armazenamento e exportação de dados em formatos abertos, além de suporte técnico e garantia mínima de 12 meses. O fornecimento incluirá todos os **acessórios, cabos, sensores e itens necessários para pleno funcionamento** do sistema, conforme as especificações técnicas a serem detalhadas no Termo de Referência.
- 6.4. Dessa forma, a solução ora proposta contempla **a aquisição de equipamentos de tecnologia atualizada**, de uso contínuo, com elevada precisão de medição, que atendam às demandas assistenciais e diagnósticas da unidade, promovendo eficiência operacional, padronização de processos e economicidade no médio e longo prazos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.2. Conforme a Solicitação **DIMEA/HFSE (0046817786)** a aquisição do polígrafo para uso regular tem como objetivo atender a medição de pressão em procedimentos em que somos referência na rede como cateterismo cardíaco direito e avaliação de estenose aórtica em pacientes candidatos a TAVI, sendo fundamental a medida ser feita com acurácia e exatidão.
- 7.3. Atualmente temos a sala 02 em funcionamento e a sala 01 em processo de aquisição de novo angiógrafo também por processo licitatório.

TEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	quantidade
1	352060	Poligrafo de monitorizacao para hemodinamica e eletro fisiologia – componentes “de hardware”: CPU com seus componentes montados em carrinho especifico, 2 telas planas, teclado, mouse, impressora de papel A4, estabilizador de voltagem.	02

		<p>Cabos conectores dos hardwares e conexao para transmitir imagem da tela do poligrafo para a tela do equipamento de hemodinamica ao vivo.</p>	
--	--	---	--

		<p>Cabo de conexao para o kit de transdutor de pressao (3 unidades).</p>	
--	--	--	--

		<p>Cabo de ECG de 12 derivacoes e cabos de monitorizacao para eletro fisiologia.</p>	
--	--	--	--

		<p>(2 unidades de cada)</p>	
--	--	-------------------------------	--

		<p>Dois canais pressoricos simultaneos na tela com capacidade de uso separado ou de sobreposicao dos mesmos.</p>	
--	--	--	--

		<p>1 canal de oximetria e o cabo com oximetro de pulso.</p>	
--	--	---	--

		<p>Modulo de calculos de hemodinamica e de debito cardiaco.</p>	
--	--	---	--

		<p>Modulo de eletrofisiologia.</p>	
--	--	------------------------------------	--

		<p>Capacidade de gravacao do procedimento.</p>	
--	--	--	--

OBS: Além do fornecimento e instalação do equipamento, a contratação inclui o fornecimento contínuo dos insumos consumíveis essenciais à sua operação durante toda a vigência contratual, tais como:

* Cartuchos ou toner compatíveis com a impressora integrada;

* Resmas de papel A4 adequadas ao registro impresso dos procedimentos;

Essa estratégia segue as diretrizes do art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que determina que o planejamento da contratação deve considerar o ciclo de vida do objeto, abrangendo insumos, manutenção e suporte técnico, bem como da IN SEGES/ME nº 65/2021, que recomenda a contratação de bens acompanhados de todos os itens necessários ao seu funcionamento.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 568.223,89

8.1. O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 568.223,89 (quinhentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte e três reais e oitenta e nove centavos)**, nos termos da Estimativa de Preços.

O valor acima destacado trata-se apenas de estimativa de preços, realizada através de levantamento de mercado. Os demais itens que balizam a estimativa do valor da contratação, como os Mapas de Preços e do Despacho de Estimativas do Valor da Contratação serão definidos em momento posterior pelo setor competente.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A presente contratação não comporta o parcelamento da solução, uma vez que à necessidade de promover a manutenção das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Hemodinâmica, visando fortalecer nossa capacidade de resposta às emergências em Saúde Pública, a solução apresentada neste Estudo Técnico Preliminar é a que representa a melhor resposta as demandas do HFSE.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para a aquisição em epígrafe.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente solicitação se encontra em conformidade com o planejamento e orçamento aprovado da Unidade. Existe disponibilidade orçamentária e financeira, para cobertura da despesa, conforme previsto no art. 40 da lei nº 14.133/2021, inc.V, letra c.

11.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Através desta aquisição os resultados pretendidos visam a manutenção e aprimoramento da assistência no Serviço de Hemodinâmica. Com a aquisição do bem que constam neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), a Unidade tem o objetivo de:

12.1.1. Consolidar a estrutura física capaz de atender as necessidades da Unidade;

12.1.2. Atender a demanda do HFSE na realização de exames e pesquisa;

12.1.3. Proporcionar excelência do atendimento, segurança e confiabilidade nas análises.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. No específico desta contratação não há necessidade de adequação/providência a serem adotadas. Não será necessário realizar adequações na estrutura física da Unidade para o recebimento e instalação dos bens a serem adquiridos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A aquisição e utilização do polígrafo possuem impactos ambientais mínimos, uma vez que se trata de equipamento de pequeno porte e de baixo consumo energético. Possíveis impactos incluem a geração de resíduos eletrônicos ao final de sua vida útil e o consumo de materiais de escritório durante seu uso (como papel e cartuchos). Recomenda-se a destinação adequada de resíduos eletrônicos conforme a legislação vigente, a reciclagem de materiais e o uso racional de energia e insumos, de modo a minimizar qualquer efeito ambiental adverso.

14.2. Os objetos deste certame seguem as instruções do Plano de Logística Sustentável DGH e Hospitais Federais do RJ 2025 -2027 (https://sei.saude.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=51695132&id_documento=53704093) e GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS - 7ª Edição -OUTUBRO 2024 .

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no estudo exposto acima, a Equipe de Planejamento, considera que a aquisição dos itens em epígrafe é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCUS ERNESTO SAMPAIO LACATIVA

Chefe do Serviço de Hemodinâmica



Assinou eletronicamente em 22/10/2025 às 13:56:14.

ANDRE PEREIRA DUQUE ESTRADA

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 22/10/2025 às 18:43:33.

BARBARA VIEIRA FENTA

Coordenadora do Escritório de Gerenciamento de Processos - EGP



Assinou eletronicamente em 23/10/2025 às 12:08:10.

HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ

Contrato 59/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
59/2025	250061-HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ	MARIA ISABEL MENEZES DE SOUZA	04/12/2025 13:13 (v 0.3)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		33433.043065/2025-75

1. OBJETO

(Processo Administrativo nº 33433.043065/2025-75)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A União por intermédio do Hospital Federal dos Servidores do Estado, com sede na Rua Sacadura Cabral, 178, Saúde, na cidade Rio de Janeiro/Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.544/0211-82, neste ato representado pelo Diretor Dr. Paulo Roberto Pereira de Sant'Ana, nomeado pela Portaria nº 1.670, de 25 de outubro de 2023, publicada no DOU de 26 de outubro de, doravante denominado 2023, portador da Matrícula Funcional nº 3.372.891, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 33433.043065/2025-75 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 90054/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Aquisição de Polígrafos computadorizado para realização de procedimentos de Hemodinâmica e Eletrofisiologia, incluindo entrega, instalação, montagem, configuração, calibração e treinamento de uso, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura deste Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE [A1]

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de *1 (um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.16. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.17. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.19. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.20. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.21. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.22. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.23. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A4]

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante a

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Rio de Janeiro*, Seção Judiciária de *Rio de Janeiro* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO ROBERTO PEREIRA DE SANT ANA

Autoridade competente

ANEXO III
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

Processo Administrativo nº 33433.043065/2025-75
Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O **Hospital Federal dos Servidores do Estado**, com sede na Rua Sacadura Cabral, 178, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 00.394.544/0211-82, neste ato representado pelo Diretor Paulo Roberto Pereira de Sant'ana, nomeado (a) pela Portaria nº 1.670 de 25 de outubro de 2023, publicada no DOU 204 de 26 de outubro de 2023, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo nº 33433.043065/2025-75, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Aquisição de Polígrafos computadorizado para realização de procedimentos de Hemodinâmica e Eletrofisiologia, incluindo entrega, instalação, montagem, configuração, calibração e treinamento de uso, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, especificados no(s) item 01 do Termo de Referência, anexo 01 do *edital de licitação* nº 90054/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o *Hospital Federal dos Servidores do Estado*.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando

sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderão:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **no edital**.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao **edital**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal (is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

ANEXO IV

PROPOSTA DE PREÇOS

PR 90054/2025

Processo administrativo nº 33433.043065/2025-75

Prezados senhores,

Declaramos que foram examinadas minuciosamente as normas específicas do Termo de Referência que tem como Aquisição de Polígrafos computadorizado para realização de procedimentos de Hemodinâmica e Eletrofisiologia, incluindo entrega, instalação, montagem, configuração, calibração e treinamento de uso, nos termos da tabela do Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Propomos fornecer, sob nossa integral responsabilidade, os serviços conforme solicitado no Termo de Referência supracitado, pelo valor global anual de R\$ (valor por extenso), para o(s) item(s), sendo todos os serviços pagos pelo efetivamente executado e/ou pelo fornecimento dos insumos. Esta proposta possui a validade de 180 (cento e oitenta) dias.

Observação:

O valor anual supracitado refere-se ao valor total anual da prestação do serviço contratado, inclusos todos os insumos, custos, tributos e encargos sociais decorrentes da contratação; esta proposta tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Empresa:

Endereço:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2025.

Representante da Empresa

RG: _____

CPF: _____